ARTIGO DE OPINIÃO

O problema nunca foi a falta de potencial, mas sim a fragilidade do Estado

Um convite à reflexão e ao compromisso conjunto para transformar oportunidades em resultados duradouros.

Por João Pedro Cravid | Cidadão | São Tomé e Príncipe, Novembro de 2026

São Tomé e Príncipe é um país privilegiado pela localização geográfica, pela riqueza natural e biodiversidade, pelo património histórico e cultural e, sobretudo, pelo valor do seu povo. Apesar destas vantagens, continua a enfrentar fragilidades estruturais que travam o desenvolvimento e frustram as legítimas expectativas dos cidadãos. Perante esta realidade, impõe-se uma pergunta essencial: que Estado queremos construir e que país queremos deixar às próximas gerações?

Esta interrogação não é uma crítica ao país nem ao seu povo. É um apelo à responsabilidade colectiva, à consciência nacional e à mudança na forma de pensar, organizar e conduzir os assuntos públicos. Um país não ganha credibilidade apenas por ter instituições, realizar eleições ou aprovar leis; ganha-a quando as instituições funcionam, as leis são cumpridas, os dinheiros públicos são geridos com rigor e os responsáveis assumem as consequências das suas decisões.

O problema não é a falta de potencialidades, é a necessidade de um Estado mais forte

O problema de São Tomé e Príncipe não é a falta de potencialidades. O arquipélago reúne condições para crescer através do turismo sustentável, da agricultura, das pescas, da economia azul, da transformação digital e da valorização do capital humano. O que falta é transformar essas oportunidades em resultados duradouros, o que exige estabilidade governativa, disciplina financeira e continuidade das políticas públicas. A mudança de Governo não pode significar, sistematicamente, a interrupção de projectos estruturantes nem o abandono do que foi bem feito. Os governos passam; os interesses nacionais permanecem.

Sete eixos para transformar o Estado

Para construir um Estado mais credível e eficaz, proponho sete eixos de actuação:

- **1. Liderança e sentido de Estado:** o cargo público é uma missão de serviço à Nação, onde a competência, a integridade e os resultados concretos devem sobrepor-se a interesses pessoais ou partidários.
- **2. Instituições fortes:** a Assembleia Nacional, os tribunais, os órgãos de fiscalização e a Administração Pública devem actuar com autonomia e respeito pela Constituição, independentemente de quem ocupa os cargos.
- **3. Transparência e responsabilização:** reforçar auditorias, tornar a contratação pública clara, prevenir conflitos de interesses e combater a corrupção sem selectividade. A lei tem de ser igual para todos.
- **4. Administração Pública moderna:** recrutar e promover por mérito e competência, apostar na formação, na avaliação de desempenho e na digitalização, e garantir que o cidadão é atendido como titular de um direito, não como quem pede um favor.
- **5. Disciplina financeira e economia:** controlar a despesa, melhorar a arrecadação de receitas, gerir com rigor a dívida e as empresas públicas, estimular o investimento privado e reduzir a dependência externa sem substituir a responsabilidade interna.
- **6. Capital humano e diáspora:** alinhar a educação, o ensino técnico-profissional, a formação e a investigação às necessidades do país, integrando melhor os quadros nacionais, inclusive os da diáspora.
- **7. Defesa, segurança e soberania:** proteger o território, as fronteiras, o espaço marítimo e as infra-estruturas críticas com meios adequados, formação e planeamento contínuo.

São Tomé e Príncipe 2040: mais do que uma estratégia, um compromisso nacional

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2026-2040 é uma oportunidade valiosa, mas nenhum documento transforma a realidade por si só. Exige metas mensuráveis, financiamento, responsáveis claros e avaliação. Recomendo que a reforma do Estado seja assumida como prioridade nacional em quatro etapas:

Horizonte	Prioridades da Reforma do Estado
2026-2027	Diagnóstico institucional, identificação dos principais bloqueios e definição das prioridades nacionais.
2028-2030	Implementação das reformas estruturantes, reforço da fiscalização e modernização administrativa.
2031-2035	Consolidação das reformas, transformação digital e melhoria da eficiência dos serviços públicos.
2036-2040	Avaliação dos resultados, correcção das insuficiências e consolidação de um modelo de Estado sustentável.

Este esforço deve envolver os poderes do Estado, as autarquias, a academia, o sector privado, a sociedade civil e a diáspora. A reforma do Estado não pode ser propriedade de um partido político ou de um Governo; deve ser um compromisso de toda a Nação.

Conclusão: precisamos de uma nova cultura de Estado

São Tomé e Príncipe não precisa apenas de novas promessas ou sucessivas trocas de dirigentes; precisa de uma nova cultura de Estado assente na ética, na disciplina, na transparência e no respeito pelo bem comum.

> ***«O Estado não pertence a partidos, governos ou titulares de cargos: pertence à Nação e deve servir todos os cidadãos. É tempo de colocar o país acima de qualquer interesse particular.»***

UM ESTADO FORTE. UMA NAÇÃO RESPEITADA. UM FUTURO COM ESPERANÇA.